

**40º ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS – MARANHÃO**  
**DESMONTE DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA:**  
**ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO CONSERVADORISMO**

**Alba Maria Pinho de Carvalho**  
**Conferência de Abertura – São Luiz do Maranhão**  
**14 de Maio de 2019**

**CONFIGURANDO A TEMÁTICA DE FALA**

A temática, proposta para este 40º (quadragésimo) Encontro de Assistentes sociais do Maranhão e para esta Conferência de Abertura do evento, exige que nos aventuremos nos caminhos de instabilidades e inseguranças do BRASIL DO PRESENTE, tempo histórico circunscrito a partir do GOLPE DE 2016, nomeado GOLPE 16. De fato, para desvendar e compreender o Brasil 2019, um Brasil grotesco e trágico, nos marcos do chamado “bolsonarismo”, com configurações impensáveis e absurdos de submissão ao capital, de autoritarismo, de investidas pesadas contra direitos, de antiintelectualismo e obscurantismo, é fundamental considerar nossa HISTÓRIA RECENTE NESSES TRÊS ANOS E MEIO DE GOLPE DE 16, mergulhando, então, no “Brasil do Presente”.

Logo, dentro da temática geral proposta, delineio, como recorte de minha fala, ou seja, temática específica, a configurar o fio condutor das minhas reflexões:

**“BRASIL DO PRESENTE: DESMONTES, AUTORITARISMO, DESMANCHES E REACIONARISMO – DESAFIO À LUTA POLÍTICA/INTERPELAÇÃO À CATEGORIA DE ASSISTENTES SOCIAIS”.**

Ampliando melhor esta formulação:

**“BRASIL DO PRESENTE: DESMONTES DE DIREITOS, MARCHA DO AUTORITARISMO, DESMANCHES DA DEMOCRACIA, REACIONARISMO POLÍTICO E CULTURAL, A BEIRAR O FASCISMO - DESAFIO À LUTA POLÍTICA / INTERPELAÇÕES À CATEGORIA DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO SUJEITO HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA”.**

Em verdade, é esta uma PROPOSIÇÃO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA DO BRASIL DO PRESENTE que, no meu entender, exige MERGULHAR NOS FENÔMENOS, TENDÊNCIAS E FATOS, ESTABELECIDO AS MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS COM DIMENSÕES ESTRUTURAIS DA VIDA BRASILEIRA que estão

na base de tais fenômenos, tendências e fatos, como seus DETERMINANTES DE FUNDO, a serem decifrados. É ESTABELECEER CONEXÕES ENTRE O COTIDIANO DA VIDA BRASILEIRA E SEUS DETERMINANTES. Trata-se do esforço analítico de decifração deste “Brasil do Presente”, qual esfinge de Tebas: “*decifra-me ou ti devoro*”.

Assim sendo, para decifrarmos as tramas deste “Brasil do Presente”, em busca das dimensões estruturais determinantes, consubstanciadas em processos históricos fundantes, convido a fazermos uma VIAGEM NA HISTÓRIA, com um RECUO NO TEMPO, FOCANDO OS ÚLTIMOS 40 ANOS de VIDA BRASILEIRA, que DEMARCO COMO “BRASIL CONTEMPORÂNEO”. Em verdade a proposta é um RECUO HISTÓRICO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA para compreendermos o momento histórico presente de DESMONTE DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA, que estamos acompanhando e vivendo com pesar e indignação. É um mergulho e, como tal, uma imersão rápida na História para buscar avaliar o que foi construído e o que está sendo desmontado. É um esforço de “lançar luzes em campo de sombras!” E mais, esta viagem no tempo, com este recuo histórico na contemporaneidade brasileira - *que estou aqui propondo* - está em coadunância com o espírito do evento que, inclusive em sua agenda de debates, propõe, em uma mesa redonda, discutir “40 ANOS DE RESISTÊNCIA NO BRASIL”. De fato, resistência na luta permanente por direitos e pela democracia... DEMOCRACIA RADICAL, a exigir transformações efetivas nesta civilização do capital.

No âmbito desta proposição analítica, com recuo histórico como condição para análise do cenário brasileiro, no presente, construímos essa nossa fala de abertura deste 40º Encontro de Assistentes Sociais do Maranhão em quatro eixos:

1 - CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: ENTRE AFIRMAÇÃO/RECONHECIMENTO JURÍDICO INSTITUCIONAL DE DIREITOS E O SEU PERVERSO DESMONTE;

2 - CRISE E GOLPE 16: UM NOVO CICLO DE AJUSTES EM MEIO AO DESMANCHE DA DEMOCRACIA;

3 - “BOLSONARISMO”: UMA PERIGOSA COMPOSIÇÃO DO ULTRANEOLIBERALISMO, DO MILITARISMO E DO REACIONARISMO POLÍTICO-CULTURAL;

**4 - DIREITAS NO GOVERNO E O DESMONTE IRRESPONSÁVEL DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA: A RESISTÊNCIA A SE IMPOR COMO EXIGÊNCIA INADIÁVEL.**

**E, AO FINAL, COMO CULMINÂNCIA DA NOSSA FALA, VAMOS, CONSTRUIR NO DEBATE AS INTERPELAÇÕES QUE ESTE BRASIL DO PRESENTE COLOCA PARA A CATEGORIA DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE, NOS QUARENTA ANOS DA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA, AFIRMA-SE COMO SUJEITO HISTÓRICO DE RESISTÊNCIAS.**

**1. CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: ENTRE AFIRMAÇÃO/RECONHECIMENTO JURÍDICO INSTITUCIONAL DE DIREITOS E O SEU PERVERSO DESMONTE.**

Direcionando o foco analítico para o Brasil Contemporâneo, venho sustentando, em trabalhos ao longo dos anos 2000, que este tempo de 40 anos da contemporaneidade brasileira é gestado, processualmente, na **CONFLUÊNCIA COMPLEXA e CONTRADITÓRIA DOS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E DE AJUSTE ESTRUTURAL À ORDEM DO CAPITAL MUNDIALIZADO.**

De fato, nas duas últimas décadas do século XX – *décadas de 80 e 90* e as duas primeiras do século XXI – *estamos ao final da segunda* – a **TESSITURA DA VIDA BRASILEIRA É ESTRUTURALMENTE MARCADA POR DOIS PROCESSOS QUE, A PARTIR DE 1990, CONFLUEM DE FORMA CONTRADITÓRIA, COM DISTINTAS PERSPECTIVAS SOCIOPOLÍTICAS, MATERIALIZADAS EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DE ESTADO E DELINEAMENTOS ANTAGÔNICOS DE POLÍTICAS ESTATAIS, quais sejam:**

- a **DEMOCRATIZAÇÃO**, com ápice na década de 1980, com A **PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, a ampliar o Estado Brasileiro pela via da Política – *a grande Política no dizer gramsciano* – construindo o **ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**, com afirmação e reconhecimento jurídico-institucional dos Direitos Sociais, como fundamento de **POLÍTICAS PÚBLICAS AMPLIADAS, DE CARÁTER UNIVERSALIZANTE;**

- a **INSERÇÃO DO BRASIL NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO, A CONSTITUIR A CHAMADA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE AJUSTE ESTRUTURAL**, a partir de 1990 e, em curso há quase três décadas, submetendo o Estado aos ditames de expansão do capital, na configuração de um **ESTADO AJUSTADOR - Estado que**

*ajusta e ajusta-se às imposições dos padrões de acumulação capitalista* - a limitar, de diferentes formas, a força da Política e a restringir o domínio da Democracia, desenvolvendo Políticas Macro-Econômicas de Ajuste, a privilegiar a rentabilidade do capital financeiro, produzindo, ao mesmo tempo, uma precarização e desmonte das políticas públicas, direcionadas para o atendimento da população brasileira.

Cabe ressaltar que, nesta confluência contraditória entre democratização e ajuste brasileiro à ordem do capitalismo financeirizado revela-se, com clareza, ao longo de quase trinta anos, **A DOMINÂNCIA DOS PROCESSOS DE AJUSTE, RESTRINGINDO AS POTENCIALIDADES DA DEMOCRACIA, SUBMETIDA À LÓGICA DE EXPANSÃO DO CAPITAL. A rigor, tem-se em curso, o BRASIL DO AJUSTE, EM MEIO AOS TENSIONAMENTOS DAS LUTAS E EMBATES DEMOCRÁTICOS, COM MAIOR OU MENOR INTENSIDADE, EM CADA CONJUNTURA DA INSERÇÃO BRASILEIRA AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO.**

No Brasil do Presente, a partir do Golpe 16, essa dominância da lógica sem limites da expansão do capital, nos processos de ajuste, está deveras agravada, exacerbada, mesmo, com as imposições do ultraneoliberalismo, em meio às destituições de quaisquer controles democrático, intensificando a subordinação do país aos ditames do capital, inclusive no âmbito das reconfigurações geopolíticas para a América Latina e, especialmente para o Brasil, com a crescente submissão aos Estados Unidos. Hoje, no tempo histórico presente, o BRASIL DO AJUSTE ganha imenso espaço, destituindo a própria democracia liberal. Chegamos a um momento-limite de destituição de mecanismos liberais-democráticos.

Uma chave analítica significativa na análise deste Brasil do Ajuste é avaliar como se configura, neste tempo histórico, em meio aos diferentes governos, desde 1990 à 2019, a **DIFÍCIL EQUAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE**. De fato, é esta a grande questão do Brasil do Presente, sobretudo neste 2019, no âmbito das composições peculiares deste “bolsonarismo” tragico-comico. Questiona-se: como esta equação Estado/Sociedade está se delineando, face aos desmandos obscurantistas e autoritários deste (des)governo de Bolsonaro? Como as reações das forças democráticas da sociedade civil estão se construindo face às pesadas investidas do “bolsonarismo” contra as Políticas Públicas, tomando, como caso emblemático, a sanha destruidora contra as Universidades Públicas? Como a Sociedade Civil está se expressando? Por onde pulsam as resistências? - É este o dilema, por excelência, do Brasil do Presente, o nosso grande dilema acadêmico-político.

Avançando nas reflexões em busca de uma compreensão crítica do “Brasil do Presente”, este recuo histórico na contemporaneidade brasileira, circunscreve dois **MARCOS QUE CONFIGURAM PARÂMETROS PARA DISCUTIR CRITICAMENTE A QUESTÃO DA AFIRMAÇÃO / RECONHECIMENTO DE DIREITOS, A PARTIR DA DÉCADA DE 1980 E O SEU DESMONTE CRESCENTE, SOBREMODO A PARTIR DE MEADOS DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI, NOS PERCURSOS DO GOLPE 16.**

Em verdade, ao assumir estes dois marcos como parâmetros de análise, podemos bem avaliar, com clareza, o que **CONSTRUÍMOS NESTES ÚLTIMOS QUARENTA ANOS, EM PROCESSOS DE LUTA PERMANENTE E O QUE ESTÁ SENDO TIRADO DE NÓS, SOLAPADO DE NOSSA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA.** Seguindo os percursos da vida brasileira a partir destes dois marcos, conseguimos ver a dinâmica da luta de classes, no confronto de interesses das elites do capital e da classe trabalhadora, ao longo do Brasil Contemporâneo.

Senão vejamos!

O **PRIMEIRO MARCO HISTÓRICO É A CHAMADA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**, a partir de finais dos anos de 1970, a culminar com a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, GESTADA EM UM PROCESSO CONSTITUINTE, COM FORTE INTERVENÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.** Indiscutivelmente, esta Constituição de 1988 materializa uma composição de interesses de segmentos da burguesia e das classes trabalhadoras, organizadas em movimentos sociais, de diferentes matizes e formatações e com considerável força de pressão, conseguindo fazer aprovar uma agenda democrática no campo dos direitos, particularmente sociais, trabalhista, civis e políticos. De fato, esta Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, é resultante de uma combinação de forças de Centro, de Esquerda e do Campo Democrático, a permitir **UM PACTO HISTÓRICO DE RECONHECIMENTO TARDIO DE DIRETOS SOCIAIS, MATERIALIZADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS UNIVERSAIS, ESTRUTURANDO, ASSIM, O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO E A PRÓPRIA SEGURIDADE SOCIAL, NO ÂMBITO DO TRIPÉ SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** E mais: neste pacto foi reconhecida **A EXIGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL, mediante criação de Conselhos Paritários para a definição, implementação e**

avaliação de políticas públicas, no pleno exercício do controle social pela sociedade civil.

É fundamental ter presente que é, justamente, este PACTO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DIREITOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 QUE VEM SENDO, EFETIVAMENTE, DESMONTADO AO LONGO DE TRÊS ANOS E MEIO DE GOLPE 16, COM A CULMINÂNCIA DE UM GOVERNO DE EXTREMA DIREITA QUE NÃO TEM NENHUM APREÇO POR DIREITOS, COMO BASE DA VIDA DEMOCRÁTICA.

O SEGUNDO MARCO HISTÓRICO É A EXPERIÊNCIA DO AJUSTE ESTRUTURAL BRASILEIRO, EM UM PROCESSO DE INSERÇÃO SUBORDINADA E DEPENDENTE DE QUASE TRÊS DÉCADAS, COM DISTINTAS INFLEXÕES CIRCUNSCREVENDO DIFERENTES CICLOS DE AJUSTES. A rigor, é o Brasil do ajuste a materializar-se em diferentes governos no interior do Estado Brasileiro, mediante uma política macro-econômica de privilegiamentos dos fluxos do capital rentista, em articulação com o capital vinculado a acumulação por expropriação, nos marcos do agronegócio e da mineração. É UMA DUPLA FORMA de INSERÇÃO SUBORDINADA DO BRASIL NA ORDEM DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO: INSERÇÃO ATIVA E SUBORDINADA NA ACUMULAÇÃO RENTISTA, constituindo-se o Brasil, no século XXI, uma *plataforma emergente de valorização financeira*, a garantir ganhos inigualáveis – um dos maiores ganhos do mundo – mediante elevação das taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial do ajuste; INSERÇÃO INTERNACIONAL PERIFÉRICA E SUBORDINADA NOS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, COM BASE NA PRODUÇÃO DE *COMMODITIES*, com destaque para *commodities* agrícolas e *commodities* minerais, em estreita vinculação com a financeirização brasileira dependente.

Desse modo, é preciso atentar que, ao longo dos diferentes ciclos de ajuste, no âmbito de distintos governos desde 1990 a 2019 – quase três décadas – foi se constituindo O MODELO DEPENDENTE DE AJUSTE BRASILEIRO, DENOMINADO MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA, centrado, justamente, na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas, transmutadas em *commodities*. Em verdade, este modelo rentista-neoextrativista é uma composição orgânica entre O RENTISMO, isto é, o CAPITAL FINANCEIRO e suas formas exorbitantes de lucros, via juros, e o CAPITAL VINCULADO AO NEOEXTRATIVISMO, a acumular riquezas pela via da EXPROPRIAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DA MINERAÇÃO, com base na intensa mercantilização de *commodities* agrícolas e minerais. Trata-se da

articulação, imbricação do financismo e do neoextrativismo, numa poderosa combinação em que os donos das finanças e os ruralistas, os segmentos do agronegócio e da mineração, ditam os rumos da vida brasileira.

Em verdade, compreender este modelo rentista-neoextrativista, em sua estruturação e em sua dinâmica, é uma via analítica obrigatória para compreender o Brasil do Presente, nos percursos do Golpe 16 em sua pesada arquitetura de “Golpes dentro do Golpe”, a efetivar desmontes e desmanches.

Nestes percursos do Brasil do Ajuste, a consolidar o modelo rentista-neoextrativista, é preciso conferir especial destaque aos CICLOS DE GOVERNOS PETISTAS, urdidos com base na chamada CONCILIAÇÃO DE CLASSES. A rigor, ao longo de treze anos, mais precisamente de 2003 a 2015, os governos petistas, com distintas configurações, assumem este modelo rentista-neoextrativista pela via da chamada “ideologia da conciliação de classes”, na perspectiva de viabilizar uma regulação dos conflitos classistas, amenizando e desarticulando o confronto de forças. De fato, esses governos, na condição de “governos de ajuste ao capitalismo financeirizado”, investem no que pode ser denominado um “pacto de classes” entre as elites do capital e as massas e segmentos assalariados dos trabalhadores. Tal pacto é forjado com distintas estratégias: privilegiamento dos interesses do capital rentista e do capital vinculado ao neoextrativismo; atendimento pontual de demandas imediatas de setores extremamente empobrecidos da massa trabalhadora e de segmentos assalariados via “políticas de enfrentamento da pobreza”; absorção, no aparelho de Estado, de segmentos da burocracia sindical e da direção dos movimentos sociais. É o chamado MODELO DE AJUSTE PETISTA EM QUE TODOS GANHAM, claro, GANHAM DE FORMAS ESTRUTURALMENTE DESIGUAL, MAS TODOS GANHAM.

Em um contexto internacional desfavorável à viabilização deste modelo rentista-neoextrativista, com deslocamentos da crise estrutural do capital para a China e, conseqüentemente, para a América Latina e, de modo especial, Brasil, as elites do capital, para manter os seus padrões de lucratividade em um cenário de crise, rompem este PACTO DE CLASSE, criando condições para a emergência e expansão da CRISE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA. A rigor, A RUPTURA DESTE PACTO DE CLASSES, PELAS ELITES DO CAPITAL, ESTÁ NA BASE DA CRISE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA, CHÃO HISTÓRICO DO GOLPE 2016!

Assim, em nosso mergulho na História, cabe adentrar na Crise e no Golpe 16!  
Senão vejamos!

## **2. CRISE E GOLPE 16: UM NOVO CICLO DE AJUSTES EM MEIO AO DESMANCHE DA DEMOCRACIA.**

No desafio de compreender o “Brasil do Presente”, nos circuitos da contemporaneidade, é decisivo estabelecer a relação orgânica entre CRISE BRASILEIRA e GOLPE DE 2016.

Antes de mais nada, cabe demarcar uma questão central: DE QUE CRISE ESTAMOS A FALAR NESTE TEMPO HISTÓRICO BRASILEIRO DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI? QUE CRISE É ESTA DENOMINADA DE “CRISE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA”?

De fato, esta crise contemporânea materializa, no Brasil, EXPRESSÕES PECULIARES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, que permeia a civilização capitalista, ganhando visibilidade nos anos 2008/2009, com permanentes deslocamentos. Nos circuitos da geopolítica da mundialização do capital financeirizado, ao final da primeira década do século XXI e limiar da segunda, verifica-se O DESLOCAMENTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL PARA OS PAÍSES DEPENDENTES EM TODO O MUNDO. Um das expressões da expansão desta crise para a América Latina é, precisamente, a queda do preço das *commodities* e a retração do investimento internacional, pilares do atual padrão exportador de especialização produtiva no continente latino-americano. É ESTA UMA QUESTÃO GEOPOLÍTICA, A ATINGIR DIRETAMENTE A PRÓPRIA CONFORMAÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE AJUSTE RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA. A rigor, em um contexto internacional desfavorável, sobretudo em relação à posição da China - importante destino das exportações brasileiras de *commodities* -, teve início a erosão das condições objetivas do pacto de classes no Brasil Contemporâneo.

Assim, DELINEIAM-SE AS BASES DE UMA CRISE NO CENÁRIO BRASILEIRO, levando as elites do capital a urdir uma ruptura do pacto sustentador da ideologia petista da conciliação de classes. Em verdade, tais elites, em um contexto de crise, não aceitaram restringir os seus lucros exorbitantes e, assim, articulam, como saída estratégica, a ruptura com o chamado social-liberalismo petista, o que implica romper com qualquer perspectiva de conciliação de classes, assumindo, de forma intensiva, a ortodoxia neoliberal. É a debacle do pacto de classes, rompido pelas elites.

Neste contexto, A VERSÃO PETISTA DO MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA, FINCADO NA IDEOLOGIA DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES, ESGOTOU-SE, FECHANDO UM CICLO DE AJUSTE E DANDO VISIBILIDADE A CRISE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA QUE, DE FATO, CONSTITUI-SE O CHÃO HISTÓRICO ONDE SE GESTA, TOMA AMPLITUDE E SE CONSOLIDA O GOLPE DE 2016. Em verdade, AS ELITES ARTICULAM UM GOLPE PARA IMPOR O NEOLIBERALISMO MAIS VIOLENTO E BRUTAL, VIABILIZANDO A VOLTA DO CAPITALISMO SELVAGEM, sem quaisquer controles democráticos, configurando uma pesada investida contra a classe trabalhadora, atingindo, fortemente, os segmentos pauperizados.

Nesta perspectiva, o governo ilegítimo de Michel Temer, emergente do Golpe, opta por uma VERSÃO DO MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA ALICERÇADO NA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, NA INTENSIFICAÇÃO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS, COM PROCESSOS DE DESMONTE DE DIREITOS E DESMANCHES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Pode-se dizer que o governo Temer mantém o modelo de ajuste rentista-neoextrativista, com um intensivo processo de precarização das classes trabalhadoras e um pesado ônus sobre os pobres, com rebatimentos na sociedade brasileira. No jargão político, “*Saiu a conciliação e entrou a exploração*”.

Em verdade, O GOLPE 16 DEFLAGRA UM NOVO CICLO DE AJUSTE NA VIDA BRASILEIRA: é um ciclo de caráter ultraneoliberal, fincado em uma política de espoliação de direitos, das riquezas nacionais, do fundo público, de intensificação da superexploração da força de trabalho, de privatizações, de privilegiamento de interesses do capital estrangeiro.

Inegavelmente, o Golpe 16, em sua pesada arquitetura de “Golpes dentro do Golpe”, desencadeia uma forte investida contra as políticas públicas, garantidoras de direitos sociais e trabalhistas e políticas públicas identitárias, afirmadoras da dialética igualdade/diferenças.

Neste novo ciclo de Ajuste, instaurado pelo Golpe 16, o Governo Temer deflagra um desmonte da Nação Brasileira, abolindo direitos conquistados nas últimas décadas, vinculados ao projeto civilizatório do País. De fato, na busca de satisfazer interesses do bloco do capital no poder – burguesia rentista parasitária em aliança com a burguesia agroexportadora e vinculada à mineração – o governo efetiva as REFORMAS NEOLIBERAIS, desestruturando o aparato jurídico-institucional, garantidor de direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, merece

**destaque duas investidas-chaves que se articulam na arquitetura de desmonte da Proteção Social brasileira, atingindo, fortemente, o modelo de Seguridade Social: a primeira investida é a REFORMA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, LEI N° 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, A DESMONTAR A PRÓPRIA CLT, legalizando a própria superexploração da força de trabalho, com desmonte de quaisquer regulações democráticas na relação capital/trabalho. A rigor, tal Reforma da Legislação Trabalhista altera mais de 100 artigos da CLT, modificando aspectos fundantes no âmbito da proteção trabalhista, cabendo destacar, dentre muitos outros: formas de contrato e de jornada de trabalho, férias, seguro-desemprego, insalubridade. A segunda investida incide no pacto histórico de afirmação e reconhecimento de direitos, via Constituição Federal de 1988, introduzindo mudanças de amplo espectro no sentido de garantir um ajuste fiscal radicalizado. Neste sentido, é emblemática a EMENDA CONSTITUCIONAL 95 DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS, aprovada em 13 de dezembro de 2016, congelando por vinte anos o orçamento das Políticas Públicas. De fato, é esta uma “emenda-símbolo” do Golpe, introduzindo um novo “regime fiscal, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a vigorar por vinte exercícios financeiros”. É esta uma intervenção sem precedentes em qualquer democracia, a comprometer os próximos governos, a comprometer o futuro. Em verdade, nos circuitos do Golpe, ao longo de três anos, foram realizadas mudanças de amplo espectro na Constituição Federal de 1988, introduzindo no texto constitucional a lógica do financismo em detrimento da lógica da cidadania. É incontestável o desmonte do pacto da Constituição de 1988 de Políticas Públicas Universais e de afirmação de um modelo de Seguridade Social Pública.**

**O Governo emergente do Golpe jogou pesado no desmonte da Seguridade Social, interrompendo o Sistema de Proteção Social brasileiro, conquistado nos percursos da democratização. De fato, o governo golpista intensifica o desmonte do SUS, com a perspectiva de introduzir a privatização, desmanchando um sistema público de saúde dos mais avançados no mundo, conquistado a partir do amplo movimento da Reforma Sanitária. Igualmente, com base na Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, desmonta o SUAS e sua rede de equipamentos – CRAS, CREAS, CENTRO-POP – intervindo, pesadamente, na política pública de Assistência Social. E mais: buscou impor a Reforma da Previdência em atendimento as exigências do mercado financeiro, mas não consegue aprovar tal Reforma, em contexto eleitoral, a frear pactos espúrios no Congresso. Agora, em 2019, o governo de extrema-direita de Bolsonaro investe, como projeto prioritário, na chamada**

Reforma da Previdência Social, mais especificamente, Contrarreforma da Previdência, em um golpe letal na Seguridade Social Brasileira.

De forma incontestável, a emergência de um governo de extrema-direita, a partir de 2019, nos marcos do chamado “bolsonarismo”, é a culminância DO GOLPE 16, O SEU COROAMENTO, COM DESDOBRAMENTOS IMPREVISÍVEIS. Logo, o “bolsonarismo”, a atingir frontalmente a democracia brasileira, é uma decorrência das tramas do Golpe 16. E, assim, continua a reproduzir, de forma avassaladora, a estratégia de desmanche golpista, de Golpes sucessivos, para fazer valer o ultraneoliberalismo, o autoritarismo e o reacionarismo político-cultural.

### **3. “BOLSONARISMO”: UMA PERIGOSA COMPOSIÇÃO DO ULTRANEOLIBERALISMO, DO MILITARISMO E DO REACIONARISMO POLÍTICO-CULTURAL**

Indiscutivelmente, O GOLPE 16 CULMINA COM A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA AO PODER, CONFORMANDO O FENÔMENO DO “BOLSONARISMO”. Instaura-se, então, neste Brasil de 2019, um tempo de obscurantismo, de acirramento do autoritarismo, de investida pesada contra a soberania do País. É um tempo-limite de políticas ultraneoliberais, a sacrificar direitos trabalhistas e direitos sociais, no afã insaciável do bloco do capital no poder. É um tempo histórico de superexploração do trabalho, de apropriação do fundo público em nome do rentismo, de desmonte de políticas públicas, de debacle da seguridade social pública. E toda essa trama de desmonte efetiva-se em meio a um reacionarismo político-cultural, com política-ideológica e, mesmo, de censura.

É um tempo histórico de caráter fascista que, em quatro meses, desde a posse em 1º de janeiro, vem fazendo desmontes impensáveis da institucionalidade democrática e que tendem a agravar-se, se não forem freados. De fato, como alerta Luis Nassif, em artigo de 30 de abril de 2019, o “bolsonarismo” está promovendo DESMONTES IRREVERSÍVEIS QUE SE REFLETIRÃO SOBRE O PRESENTE E SOBRE AS FUTURAS GERAÇÕES. De fato, não são apenas erros, desvios de políticas públicas, são desmontes irreversíveis!...

E, neste artigo, que tem o interpelador título “*É preciso parar Bolsonaro*”, Luis Nassif denuncia enfaticamente: “... o caso Bolsonaro é diferente de tudo o que se vive no país antes e depois da democratização. O país está entregue a um celerado (diz-se de quem cometeu crimes de morte ou violências), com ligações

diretas com as milícias do Rio de Janeiro, comandando um bando de alucinados que assumiram posição de destaque no Ministério e que tem, como único objetivo, a destruição de todo sistema formal construído ao longo da história”.

Assim, duas questões-chave configuram-se na nossa Mesa de debates:

1º questão: **COMO EXPLICAR A EMERGÊNCIA DESTE MOMENTO-LIMITE IMPENSÁVEL DA DOMINÂNCIA DA EXTREMA-DIREITA, NOS MARCOS DESTE CHAMADO “BOLSONARISMO”?**

2º questão: **COMO SE CONSTITUI O “BOLSONARISMO”, A DESMONTAR RADICALMENTE A DEMOCRACIA, A SUBVERTER, MESMO, O SENTIDO DA DEMOCRACIA E A INSTITUIR UM REGIME CADA VEZ MAIS AUTORITÁRIO, ATROPELANDO A NOÇÃO DE FREIOS E CONTRAPESOS, BEIRANDO O FASCISMO?**

São 2 questões, a exigir uma investigação e amplo debate. Aqui, vou fazer determinadas pontuações, no âmbito do que venho pesquisando e sistematizando... Começemos pela primeira questão da emergência...

De fato, como se explica esta vitória eleitoral de Bolsonaro que, como diz o jornalista Gilvandro Filho, do Brasil 247, “anos antes, ninguém com um pingão de juízo, admitiria que pudesse um dia ocorrer”? Como se deu este fenômeno, consubstanciado no chamado “bolsonarismo”?

Um elemento central nesta explicação é a EMERGÊNCIA da CHAMADA NOVA DIREITA BRASILEIRA EM SUA PECULIAR e COMPLEXA COMPOSIÇÃO. De fato, ao longo da segunda década dos anos 2000, nos circuitos de constituição da crise brasileira, uma direita, com novos contornos, em sintonia com as tendências mundiais, vai se constituindo em nosso País, com um ousado plano estratégico de construção e de difusão de uma ideologia. Esta nova direita, no Brasil, começa a ganhar visibilidade pública nas Manifestações de 2013, construindo uma sistemática articulação via redes sociais. Tem uma estranha composição, a ser compreendida no cenário brasileiro. É urdida, ideologicamente, com base em postulados do neoliberalismo em versões doutrinárias, inclusive, no formato de verdadeiras cartilhas para a “militância”, difundidas por diferentes meios, sobretudo nos circuitos virtuais. Olavo de Carvalho destaca-se como seu “guru”, a divulgar ideias e valores reacionários, em meio a insultos e desqualificação dos “comunistas”, a pairarem como fantasmas, a povoar o imaginário desta legião de “salvadores da nação”. ESTA NOVA DIREITA, FORMATADA NA IDEOLOGIA NEOLIBERAL, JUNTA-SE A UMA DIREITA FORJADA NO FUNDAMENTALISMO

**RELIGIOSO DE IGREJAS NEOPENTECOSTAIS, PRISIONEIRA DAS FORTES AMARRAS DE UM MORALISMO, IMBRINCADO A UMA RELIGIOSIDADE CONSERVADORA, ABSOLUTAMENTE INTOLERANTE, GESTADA NO ÓDIO E NAS MUITAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS. E mais: JUNTA-SE, TAMBÉM, A ESTA COMPOSIÇÃO IDEOLÓGICA DE DIREITAS, O MILITARISMO E O JUSTICIALISMO, A PREGAR A VIOLÊNCIA ARMADA, O EXTERMÍNIO, COMO SAÍDA!**

Em verdade, trata-se de uma “COMPOSIÇÃO DE DIREITAS INTERCRUZADAS”, a ocupar a cena do presente, constituindo esta “NOVA DIREITA BRASILEIRA” que, em meio a um sentimento difuso e vazio de mudança, a alastrar-se no País, transforma um militar reformado e político medíocre, sem nenhuma projeção, há quase três décadas na Câmara dos Deputados, nos grotões do chamado “baixo clero”, em “mito”, a encarnar a mudança, em um País, em crise. De fato, Bolsonaro não é um “mito” e, sim, um “minto”, cuja emergência, nas conexões virtuais, se dá em um País em crise, a partir da ruptura, pelas próprias elites, dos chamados pactos de classes, deixando as esquerdas, que apostaram nesse “canto de sereia”, sem chão... É um País abalado, com a democracia em desmanche, nos rastros de um Golpe institucional. A rigor, este “*paradoxo Bolsonaro/mudança*” só se torna possível na “terra arrasada” de um Brasil atingido por um Golpe das elites, que deixa as forças progressistas e as esquerdas na defensiva, tragadas pelo ódio social, sistematicamente construído pelo conluio das elites com o Judiciário e sedimentado pela mídia.

**INDISCUTIVELMENTE, É NESTA SIMBIOSE DE DIREITAS, DE CRISE, DE CONSERVADORISMO, DE MARCHA AUTORITÁRIA, DE POLÍTICAS ULTRANEOLIBERAIS E CONTRARREFORMAS, DE INSEGURANÇAS E INSTABILIDADES, QUE SE CONSTITUI O “BOLSONARISMO” COMO UM “PONTO DE CHEGADA” DO GOLPE DE 2016, A SUA CULMINÂNCIA, COM DESDOBRAMENTOS IMPREVISÍVEIS. O “bolsonarismo” está muito além de Jair Messias Bolsonaro que constitui apenas uma figura do momento, uma figura conjuntural. Em verdade, trata-se de um FENÔMENO SOCIOPOLÍTICO RESULTANTE DESTA CONVERGÊNCIA DE FORÇAS CONSTITUTIVAS DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL, AO FINAL DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI. A RIGOR, “BOLSONARISMO” É UMA CONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DE EXTREMA-DIREITA, QUE ARTICULA ULTRANEOLIBERALISMO DEPENDENTE, MILITARISMO PATRIÓTICO E AUTORITÁRIO, MESCLADO COM JUSTICIALISMO DA VIOLÊNCIA E REACIONARISMO POLÍTICO-CULTURAL, EIVADO DE UM MORALISMO RELIGIOSO.**

De fato, estas matrizes, imbricadas nas tessituras deste padrão de dominância de extrema-direita, tem eixos mobilizadores distintos, com projetos específicos e figuras emblemáticas (GOMES, 2019)<sup>1</sup>.

O **ULTRANEOLIBERALISMO DEPENDENTE** consubstancia um agravamento da agenda de ajuste do Governo Temer, a efetivar as chamadas “políticas de ajuste fiscal” e de austeridade, significando, na prática, privatizações, cortes de gastos públicos e contrarreformas para “desonerar a economia”, num linguajar típico dos agentes do mercado. Tem como figura emblemática Paulo Guedes e, como projetos estratégicos, as privatizações do que resta das empresas estatais brasileiras e a Contrarreforma da Previdência, a constituir a “joia da coroa” do insaciável mercado financeiro, no sentido da extinção do modelo público e solidário de Previdência Social e a implementação do modelo de capitalização de previdência privada (FATTORELLI, 2019), com consequências desastrosas para a população. Em verdade, a chamada Reforma da Previdência de Bolsonaro radicaliza a proposta de Temer e impõe um modelo de alto risco social, tendo, como consequência, o desamparo da população, condenando, mesmo, idosos à indigência e ao suicídio. De fato, Guedes, movendo-se exclusivamente pela ideologia do mercado, assume uma perspectiva de total submissão ao capital financeiro, numa posição de extrema dependência, comprometendo a soberania nacional. E mais: desmonta uma instituição com a história do BNDS, comprometendo as estatísticas do IBGE, ameaçando as redes de proteção social que, até agora, impediram a explosão final da violência e da miséria. A rigor, está matando os instrumentos da infraestrutura, sem colocar nada no lugar (NASSIF, 2019).

O **MILITARISMO PATRIÓTICO E AUTORITÁRIO**, mobilizado na cruzada da anticorrupção, em busca da garantia dos chamados interesses da Pátria, tendo como lideranças o Vice-Presidente General Hamilton Mourão e um segmento crescente de militares, no interior do governo, com a figura destacada do General Augusto Heleno. **TAL MILITARISMO ARTICULA-SE COM O JUDICIALISMO PELA VIA DA VIOLÊNCIA**, tendo como figura-chave o ex-juiz Sérgio Moro, a impor ao País o “pacote anti-crime”, com o recrudescimento do Estado de Exceção, instaurado no Golpe 16.

---

<sup>1</sup> Nesta perspectiva, é digno de nota o artigo, publicado na Revista Cult, de autoria de Wilson Gomes, da UFBA, intitulado “O bolsonarismo borbulhante”, a sustentar a tese da existência de três diferentes governos no “bolsonarismo”, com projetos e líderes distintos.

Por fim, O REACIONARISMO POLÍTICO-CULTURAL, que beira a um fascismo sociocultural. Tem como liderança a pastora Damares Alves, a operar a metamorfose do Ministério do qual é titular em uma extensão da sua Igreja fundamentalista, empreendendo uma guerra cultural de retomada de valores tradicionais, religiosos e pré-democráticos, com a cega convicção de que os grandes problemas do País são “problemas morais”.

Observando atentamente a cena brasileira, ao longo destes 4 meses de 2019, ESTA COMPOSIÇÃO DE MATRIZES CONVERGENTES APRESENTA TENSÕES INTERNAS E DISPUTAS, COM POSSIBILIDADES DE IMPLOSÕES. É uma “queda de braço” entre segmentos das direitas “bolsonarianas”, confrontando-se, também, com a “corte presidencial”, constituída pelo próprio Presidente e seus 3 filhos políticos, que tem interferência direta nos rumos do governo, fragilizando, inclusive, posições de ministros, como o Chanceler das Relações Exteriores e instaurando uma pesada disputa permanente com o Vice-Presidente General Hamilton Mourão, sempre a espreita do cargo presidencial. Nesta primeira semana de maio, vem a público o confronto de Olavo de Carvalho, ideólogo da direita ultraneoliberal, com a ala militar do Governo, com ataques que beiram a baixaria nos circuitos virtuais, em mais um capítulo grotesco da comédia “bolsonariana”. Arigor, são choques internos de interesse que, até agora – primeira quinzena de maio -, vem sendo “costurados”, com maior ou menor habilidade, neste campo minado do “bolsonarismo”.

Analistas críticos, como o articulista do Brasil 247 Gilvandro Filho, circunscrevem uma certa implosão nesta tensa e difícil convergência “bolsonarista”. Nesse sentido, avalia o jornalista que o governo tende a endurecer, livrando-se, inclusive, das “figuras folclóricas”, que fazem a festa da crítica social, e, dentre elas, a Ministra Damares Alves, um dos tipos mais marcantes da “aurora bolsonarista”, que pode ser excluída. Segundo Gilvandro Filho, o “minto” quer jogar mais pesado e ser mais eficazmente perigoso. Assim, o governo deve entrar em uma nova fase ou, como se quiser chamar, marcada por uma sintomática troca de quadros. Auxiliares importantes começam a se desgastar e, assim, tomar o caminho de casa. A avaliação é que essa nova fase do governo pode corresponder a um avanço, cada vez maior, da marcha autoritária, acirrando sua dimensão fascista. É um sub-fascismo dependente dos EUA, no dizer de Noan Chomsky.

#### **4. DIREITAS NO GOVERNO E O DESMONTE IRRESPONSÁVEL DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA: A RESISTÊNCIA A SE IMPOR COMO EXIGÊNCIA INADIÁVEL**

No cenário do Brasil do Presente, o “bolsonarismo”, como configuração sócio-política de extrema-direita, CONTINUA e APROFUNDA, de forma grave e irresponsável, o DESMONTE DA NAÇÃO BRASILEIRA, deflagrados nos circuitos do Golpe 16. As direitas, que se entrecruzam, em uma disputa interna no comando do Governo Bolsonaro, VEM CONTINUANDO O DESMANCHE DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA, efetivada nos três anos de Golpe, atingindo frontalmente a democracia. Indiscutivelmente, O “BOLSONARISMO” É A CULMINÂNCIA DO GOLPE DE 2016 E COM DESDOBRAMENTOS IMPREVISÍVEIS!

Como continuidade da arquitetura de “Golpes dentro do Golpe”, o “bolsonarismo”, nestes quatro meses e meio, vem imprimindo um estilo trágico-cômico que lhe peculiariza, numa versão lamentavelmente inédita de (des)governo. A TRAGÉDIA RESIDE NOS DESMONTES IRREVERSÍVEIS, DESMANTELANDO O CHAMADO PACTO DEMOCRÁTICO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. A comédia é tosca e grotesca com episódios que vão desde a Ministra que “vê Jesus no pé de goiabeira” e proclama as cores do vestir de meninos e meninas, até os chocolatinhos do atual Ministro da Educação para tentar justificar os cortes de verbas das Universidades Públicas, em um simplório cálculo e, ainda mais, errado!

A sociedade brasileira assiste a um cotidiano espetáculo de alternância de “tragédia e comédia”, retomando a configuração marxiana do 18 Brumário para explicar as possibilidades de desfechos da História!

É preciso ter presente o que está em jogo neste “espetáculo trágico-cômico do bolsonarismo”...

De fato, o “bolsonarismo”, utilizando os mais diversos mecanismos, quer colocar em prática, em marcha forçada, o projeto ultraneoliberal, respaldado no autoritarismo e no reacionarismo. A questão-chave para o governo é impor tal projeto, deflagrado no Golpe 16, a qualquer custo, sem nenhuma discussão com a sociedade. Em última instância, a sua pretensão é soterrar o pacto democrático da Constituição de 1988, atendendo aos interesses da elite do bloco do capital no poder, desmontando direitos e Políticas Públicas, desestruturando a Proteção Social brasileira e, de modo particular, a Seguridade Social.

Nessa investida ultraneoliberal e autoritária é emblemática a Contrarreforma da Previdência, hoje, o projeto estratégico do “bolsonarismo”. Avalia o professor

**Eduardo Fagnani, pesquisador especialista em Políticas Públicas, que O ARDIL DA “REFORMA” É RETIRAR DA CONSTITUIÇÃO DE 88 TODAS AS REGRAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR (RPPS) E DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) E INTRODUIR NO TEXTO CONSTITUCIONAL O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO INDIVIDUAL. O seu argumento é que esta “reforma” encarna um propósito velado: a verdadeira reforma não é esta que hoje se discute, a qual apenas introduz meras diretrizes transitórias, até que a verdadeira reforma seja feita por meio de dezenas de leis complementares, de iniciativa do Poder Executivo, muito mais fáceis de serem aprovadas. Sustenta Fagnani que é na tramitação dessas leis complementares que se pretende acabar com o Estado Social de 1988 e, posteriormente, a continuidade desse processo poderá ser feita por meio de Atos Normativos do Executivo e, mesmo, por Medidas Provisórias. Diz, textualmente, Eduardo Fagnani: “assim se ver que a ‘nova previdência’ é o vento que antecede a tempestade. Sob o ‘rolo compressor’ do Congresso, o que é ruim pode ficar muito pior”.**

**E a superficialidade da trama ideológica do “bolsonarismo”, em detrimento do debate qualificado, se faz sentir, com todas as suas nuances, na imposição desta Contrarreforma da Previdência, a forçar uma mudança estrutural na Constituição, sem nada debater com a sociedade. Nas palavras de Fagnani: “o artifício para impor as mudanças estruturais pretendidas é o terrorismo demográfico, financeiro e econômico. Para os financistas do mercado e do governo, os destinos da Nação dependeriam exclusivamente da reforma da Previdência. A desonestidade intelectual irresponsável conduz à profecia de que sem essa específica reforma o Brasil ‘vai quebrar’”.**

**Em meio ao espetáculo trágico-cômico do “bolsonarismo”, nós, esquerdas e setores democráticos, na oposição radical a esse desmanche da Nação brasileira e, especificamente, da institucionalidade democrática, estamos convencidos que não é o fim da História... O “bolsonarismo” é uma onda, um tempo a ser enfrentado, a exigir dos democratas novas formas de fazer política e lucidez, coragem, determinação para assumir a luta permanente. A questão política deste contexto do Brasil de 2019 é perceber e delinear as resistências em curso, nos diferentes espaços constitutivos da vida social brasileira. É fundamental criar conexões entre as formas de resistências emergentes e em curso, constituindo redes políticas capazes de confrontar com as proposições e estratégias da extrema-direita e sua dominância perpassada de conflitos, desacertos, disputas internas e contradições.**

**A QUESTÃO-CHAVE É PARAR BOLSONARO, É ENFRENTAR O “BOLSONARISMO” EM SUAS COMPOSIÇÕES DE DIREITAS. As forças democráticas deste Brasil estão alertas e as resistências emergem de múltiplos espaços. 15 de maio, na Greve Nacional em Defesa da Educação e 14 de junho, na Greve Geral contra a reforma da Previdência, são momentos emblemáticos de luta!... E A AGENDA PROSEGUE NA CONSTRUÇÃO COTIDIANA E PERMANENTE DA RESISTÊNCIA, COMO EXIGÊNCIA INADIÁVEL.**

**INTERPELAÇÃO AO DEBATE:**

**A CATEGORIA DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS TRAMAS DAS RESISTÊNCIAS NO BRASIL DO PRESENTE: A LUTA PERMANENTE PELA AFIRMAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DIREITOS, VIA POLÍTICAS PÚBLICAS.**